

Começa a discussão da emenda Sarney

A Aliança Democrática está certa de que seu substitutivo será aprovado. Mas o deputado Manoel Costa anuncia que pode haver surpresas.

A Emenda Sarney de convocação da Assembléia Constituinte começa a ser discutida hoje, a partir das 14 horas, no Congresso — Câmara e Senado reunidos. Os líderes do PMDB e do PFL, de comum acordo com os presidentes das duas Casas — senador José Fragelli e deputado Ulysses Guimarães — pretendem fazer a votação em primeiro turno amanhã e, em segundo turno, até 4ª feira.

A preocupação tem um motivo: a partir do dia 23 mais de 60 parlamentares estarão rumando para o Exterior — Síria e Alemanha Ocidental. O quórum para aprovar emenda constitucional é qualificado — dois terços. Isso significa que a aprovação necessita, pelo menos, de votos "sim" de 320 deputados e 46 senadores.

A Emenda Sarney, com as mudanças introduzidas por iniciativa do PMDB, com o apoio do PFL, do PDS e do PTB, sofre restrições apenas do PT, do PDT e de setores minoritários dos demais partidos.

O substitutivo da Aliança Democrática incluiu dois itens novos, que não constavam da proposta do presidente Sarney: a anistia a servidores públicos civis e militares e novos prazos de desincompatibilização a ocupantes de funções no Executivo, se candidatos às eleições de 15 de novembro de 1986, para o novo Congresso que se transformará em Assembléia Constituinte.

Os secretários de governos estaduais e alguns de prefeituras de capitais e de grandes municípios poderão sofrer rude golpe nas suas pretensões eleitorais, nesta semana: o Congresso deverá aprovar e promulgar a emenda da convocação da Constituinte, com dispositivo fixando em nove meses o prazo de afastamento de ocupantes de funções executivas, se candidatos às eleições de 15 de novembro de 1986, para Câmara e Senado.

Apesar de essa norma constitucional alcançar também ministros sem mandato eletivo e dirigentes de empresas públicas, da administração direta e indireta, o alvo principal dos parlamentares de todos os partidos foi um só: os secretários estaduais sem tradição político-partidária, os "cristãos novos", que estariam pretendendo participar da Assembléia Constituinte.

Praticamente todos os secretários de governo estaduais são acusados por deputados e senadores de colocarem, desde já, a máquina administrativa a serviço da própria candidatura. Muita gente do Congresso pretendia fixar o prazo de desincompatibilização em 12 meses. Com isso, os secretários sem mandatos legislativo teriam de renunciar até o dia 14 de novembro deste ano. A medida, porém, poderia atingir os ministros de mandatos legislativos, perturbando a administração federal por falta de tempo hábil para mudar o pri-

Derrota

Já o deputado Manoel Costa (PMDB-MG), autor da proposta de ampliação dos prazos de desincompatibilização para um ano, previu ontem, em Belo Horizonte, que a convocação da Constituinte poderá ser rejeitada pelo Congresso Nacional, caso o presidente Sarney e seu líder, Pimenta da Veiga, insistam na aprovação do substitutivo que fixa os prazos em seis e oito meses. Segundo o deputado, "o mínimo que o Congresso pode aceitar é a desincompatibilização em 31 de dezembro deste ano".

"Tanto o presidente da República quanto o líder do governo e do PMDB na Câmara estão sujeitos a uma derrota fragorosa se insistirem na aprovação do substitutivo à minha proposta", garantiu o deputado. Ele acusou o líder Pimenta da Veiga de ter articulado uma nova proposta sobre os prazos de desincompatibilização "que atende somente os interesses do Executivo". Disse que, "na verdade, nem a bancada do PMDB, nem os vice-líderes do partido foram consultados" a respeito dessa proposta do líder.

Manoel Costa afirmou, ainda, que o presidente Sarney "poderia consolidar sua base de sustentação política no Congresso", se apoiasse sua proposta de desincompatibilização a um ano antes das eleições. Afirmou, também, que o mesmo grupo de congressistas que apóia

sua proposta está insatisfeito com Sarney depois da assinatura do Plano Nacional de Reforma Agrária e explicou:

"O que houve no plano de reforma agrária não foram apenas alterações; foi uma completa adulteração. O plano assinado pelo presidente Sarney não conseguirá atingir o objetivo de assentamento de um milhão e quatrocentas mil famílias, e representa um retrocesso, uma vitória do setor conservador e reacionário que há mais de dois séculos procurou dificultar a democratização e a prosperidade do País."

O deputado mineiro observou que um grupo de 120 parlamentares encaminhou um documento ao presidente Sarney, pedindo a assinatura do Plano de Reforma Agrária "tal como ele foi concebido", e a partir do atendimento dessa reivindicação, estava disposto a sustentar as ações futuras do governo no Congresso. "Esse mesmo grupo", assegurou, "hoje está inteiramente decepcionado com o presidente e com o novo Plano Nacional de Reforma Agrária". Para Manoel Costa, "se juntar a insatisfação com o substitutivo à proposta de ampliação dos prazos de desincompatibilização com a decepção provocada pelo novo plano de reforma agrária", pode-se claramente vislumbrar "o perigo que o governo está correndo nesta votação da Constituinte".

Desincompatibilização: um golpe contra os "cristãos novos".



Pazzianotto Lyra

meiro escalão. Depois de muitas gestões, a liderança do PMDB conseguiu apoio do PFL e do PDS para dosar os prazos de afastamento — seis meses para ministros e secretários com mandato legislativo, governadores e prefeitos; e nove meses para ministros e secretários sem mandato legislativo e diretores de empresas públicas, em todos os níveis.

Deputados e senadores de quase todos os Estados andam com listas nos bolsos, mostrando que nos seus respectivos Estados quais os secretários "cristão-novos" que pretendem concorrer às eleições para a Constituinte, em 15 de novembro do próximo ano. São dois, três, até quatro secretários dispostos a incluir no currículo a informação histórica — "Constituinte de 1987".

Para isso, porém, terão de deixar a "caneta" até 14 de fevereiro do próximo ano — nove meses antes do pleito.

A medida atingirá também nove ministros da Nova República,

sem mandato legislativo. Serão substituídos até 14 de fevereiro próximo: Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães, Roberto Gusmão, Renato Archer, Flávio Peixoto, José Hugo Castelo Branco, Ronaldo Costa Couto e Aloísio Alves.

Muitas autoridades com pretensões de concorrer às eleições para a Constituinte também terão de renunciar até 14 de fevereiro.

Do Ministério Sarney há ainda seis ministros licenciados no mandato legislativo, mas certamente com planos de integrar a Constituinte. Terão de deixar as respectivas pastas até 14 de maio — seis meses antes do pleito. São eles: Fernando Lyra (deputado federal), Afonso Camargo (senador), Carlos Santana (deputado federal), Pedro Simon (senador), Almir Pazzianotto (deputado estadual) e Paulo Lustosa (deputado federal). O ministro Marco Maciel (Educação), eleito senador em 1982, tem mandato até 31 de janeiro de 1990.

Se candidatos a governador — caso de Olavo Setúbal, por exemplo —, os ministros só terão de renunciar em 14 de junho — cinco meses antes do pleito —, como já dispõe a Constituição.

Resta saber se o presidente Sarney fará a reforma ministerial de uma só vez — até janeiro — ou em duas etapas, deixando para substituir os ministros parlamentares até maio.

Flamarion Mossri